Negociação da pauta específica está marcada para 6/7

A mobilização da categoria é fundamental para forçar a reitoria da Unesp a negociar seriamente. Na Assembléia Legislativa, os reitores vêm dizendo que as universidades não precisam de mais verbas. Eles estão pedindo bem menos do que o Fórum defende como mínimo necessário. Se é assim, por que alegam falta de recursos para atender às nossas justas reivindicações?

A reitoria da Unesp agendou uma negociação da pauta específica dos servidores para o dia 6 de julho, a partir das 16 horas. O Sintunesp avalia como fundamental a mobilização da categoria, como forma de cobrar do reitor Marcos Macari uma conduta séria durante a negociação. Ou seja, não vamos aceitar a velha justificativa de falta de recursos, uma vez que o Cruesp vem defendendo, na Assembléia Legislativa, um índice de repasse do ICMS bastante inferior ao apontado pelo Fórum das Seis como necessário para a manutenção (com qualidade) das universidades estaduais paulistas (*veja mais detalhes na matéria a seguir*).

Na negociação do dia 6, o Sintunesp vai cobrar o atendimento de reivindicações essenciais, históricas nas lutas dos servidores, como é o caso do reajuste do vale alimentação, de forma a equipará-lo aos valores pagos na USP, e a revogação das Portarias que trouxeram restrições no pagamentos dos vales transporte e alimentação, entre outras. Esta pauta foi protocolada no dia 16/2/2006.

Esta é a nossa pauta específica de reivindicações, discutida e aprovada nas assembleias da categoria

- Revogação imediata das Portarias sobre vales transporte e alimentação respectivamente;
- Reajuste do vale alimentação ao valor que corresponde a 52% do salário mínimo, bem como isonomia neste auxílio (USP, Unesp e Unicamp);
- Aplicação da promoção devida nos anos 2003 e 2004 (ADP);
- Conversão de 1/3 da licença-prêmio em pecúnia;
- Pagamento dos precatórios;
- Que a meta avaliação (ADP) seja definida pelos Órgãos Colegiados (CADE e CO);
- Gestões junto aos diretores das Unidades para que os servidores técnico-administrativos em desvios de funções retornem às funções originais;
- Fim das contratações via fundações e abertura imediata de concurso público via Universidade, para integrar o sub-quadro da Unesp, tendo em vista tais contratações serem um dos patamares para a privatização da Universidade;
- Suspensão imediata das terceirizações na Unesp, bem como dos cursos pagos via fundações, tendo em vista serem, também, um dos patamares para a privatização da Universidade;
- Implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais aos servidores da área da saúde;
- Liberação dos dirigentes da diretoria do Sintunesp.

Fórum indica suspensão da greve e propõe continuidade da luta por mais verbas

Reunido no dia 28 de junho, o Fórum das Seis analisou o desenvolvimento do movimento de professores, estudantes e funcionários durante a atual campanha em defesa de melhores condições de vida e trabalho e do aumento de verbas para a educação pública na LDO. O Fórum deliberou enviar às Assembléias de categorias os seguintes indicativos:

- Suspensão do indicativo de greve a partir de segunda-feira, 3/7, com a manutenção da mobilização e presença massiva na Alesp durante os encaminhamentos e votação da LDO, que deverá ser realizada em julho/2006;
- Encerramento desta fase da campanha salarial, com retomada do movimento em agosto/06;
- Continuidade da discussão com o Cruesp dos demais itens da pauta, em particular de pautas específicas. Reivindicar o funcionamento efetivo da Comissão Conjunta de Isonomia Fórum-Cruesp;
- Exigir o compromisso dos reitores com a não punição, de qualquer espécie, pelo exercício do direito de greve;
- Planejamento da intervenção, em conjunto com o Comitê em Defesa da Escola Pública, nas eleições de outubro/06, com denúncia das posições do governo e dos deputados estaduais que forem contrários ao aumento de verbas para a educação pública.

A próxima negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp está prevista para acontecer entre os dias 5 e 7 de julho. O Fórum também deverá se reunir neste mesmo período.

Servidores deram show de bola nesta greve

Os servidores da Unesp e da USP mostraram uma combatividade merecedora de elogios nesta greve, que não foi apenas por salários, mas também em defesa de mais recursos para o ensino público. Eles saíram na frente no movimento, parando em praticamente todas as unidades. O Sintunesp parabeniza a categoria pela garra e disposição de luta, destacando o importante papel cumprido pelos diretores de base, pelos comandos locais de mobilização e pelas associações que se somaram à luta. A batalha não termina aqui. Ela prossegue na mobilização pelo atendimento da nossa pauta específica e pelo aumento de verbas para a educação pública na LDO 2007.

“Com reitores como esses, pra que inimigos?”

Com essa frase, o coordenador do Fórum das Seis, professor Chico Miraglia (da Adusp) expressou toda a indignação das centenas de pessoas presentes durante a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, no dia 29 de junho. Pouco antes, tinha sido dado o informe de que os reitores da Unesp, USP e Unicamp haviam estado naquela casa, no dia anterior, para apresentar a sua proposta na LDO 2007.

Enquanto o Fórum das Seis vem organizando a luta pela inclusão das reivindicações da comunidade acadêmica na LDO 2007 (33% das receitas globais do Estado para o conjunto da educação pública paulista, 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza), os reitores disseram que o índice “ideal” para as universidades é de 10,0339% do

ICMS. Para o Cruesp, esse percentual seria suficiente não só para bancar as universidades no próximo período, bem como para dar conta de toda a expansão já realizada (as novas vagas e as 8 novas unidades na Unesp, a USP Zona Leste, a ampliação de vagas na Unicamp) e da expansão em andamento, além da incorporação da Faenquil (pela USP) e da Famema e da Famerp (pela Unesp).

Miraglia e todos os oradores que o sucederam deixaram claro o papel nocivo que os reitores estão cumprindo nesse processo. O índice proposto por eles é absolutamente insuficiente para manter as universidades, com qualidade, nos próximos anos. Significa, na prática, que eles pretendem continuar tocando as instituições a partir do arrocho sobre os salários e sobre as condições de trabalho de docentes e servidores, bem como do progressivo sucateamento dos serviços oferecidos à população.

Se o índice proposto pelos reitores é suficiente, devemos supor que a situação financeira das universidades é bastante tranqüila. Ou seja, não se justifica, de forma alguma, o discurso da falta de recursos, que foi a base do mísero 0,75% de reajuste na data-base. Sendo assim, devemos ficar tranqüilos, pois haverá recursos suficientes para atender as nossas reivindicações de reposição salarial, de pagamento da promoção, de reajuste do vale alimentação etc etc. Certo, senhores reitores?

Infelizmente, não é nada disso. Na realidade, a conduta dos nossos reitores significa uma vexatória submissão ao governo Alckmin/Lembo, que vem atacando o ensino público paulista.

Servidores, docentes e estudantes repudiam a política de subserviência dos reitores e vão continuar na luta pelo aumento efetivo de verbas para a educação pública.